

Ana Cecília Ferreira de Lima

Maternidade solo: as vivências de maternidade de mulheres-mães

Uberlândia

2020

Ana Cecília Ferreira de Lima

Maternidade solo: as vivências de maternidade de mulheres-mães

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.
Orientadora: Profa. Dra. Juçara Clemens

Uberlândia

2020

Ana Cecília Ferreira de Lima

Maternidade solo: as vivências de maternidade de mulheres-mães

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Juçara Clemens

Banca Examinadora

Uberlândia, 07 de dezembro de 2020

Profa. Dra. Juçara Clemens
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Marisa Aparecida Elias
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Renata Fabiana Pegoraro
Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG

Uberlândia

2020

Resumo

Este trabalho teve o objetivo de investigar a maternidade solo de um grupo de mulheres-mães que cuidam do(s) seu(s) filho(s) com pouca ou nenhuma participação ativa dos pais. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, balizada pelo método psicanalítico e estruturada em entrevista com perguntas disparadoras. Participaram do estudo seis mulheres-mães, maiores de 18 anos, que se dispuseram a contar sobre suas vivências a respeito da maternidade nessa configuração. Após a transcrição das entrevistas, a análise do material foi realizada e sustentada por conceitos psicanalíticos, tais como as manifestações do inconsciente, a transferência e a atenção flutuante. Nessa perspectiva, emergiram três categorias de respostas: a) o acontecimento da gravidez; b) a parentalidade na maternidade solo e; c) a tessitura do desejo, dos vínculos e da parentalidade. Durante a discussão, destacaram-se as singularidades das vivências da maternidade de cada mulher-mãe tramadas em conteúdos intra e intersubjetivos; de modo a se captar o cuidado do(s) filho(s) como tarefa ainda vinculada à figura feminina. Concluiu-se que a maternidade-solo diz respeito a questões afetivas e relacionais, apresentando-se para além de uma categoria que classifica e nomeia as mães que cuidam de seu(s) filho(s) sem participação significativa dos pais.

Palavras-chave: maternidade solo; psicanálise; singularidade; parentalidade.

Abstract

This paper has its origin in a qualitative research, inspired by the psychoanalytic method. Its goal is to inquire the experiences of the solo motherhood related to mothers-women, that is, women who take care of their child(ren) with little or no participation whatsoever of the fathers. Interviews with questions regarding motherhood were held with six mothers-women, all of them over eighteen years old, who prompted to talk about their experience about being a mother in this context. After the transcription of the interviews, the analysis of the data was held, based upon psychoanalytic concepts such as manifestations of the unconscious, transference and free-floating attention. As an outcome of this paper, we found out three categories: a) the happening of the pregnancy; b) parenthood in the solo motherhood; c) the weaving of desire, bonds and parenthood. In this debate we highlighted the singularities of the experiences of motherhood in each mother-woman, experiences sewn in intra and intersubjective contents. We also highlighted that the tasks related to parenthood and the act of taking care of the child(ren) is linked to the female figure. We concluded that solo motherhood has to do with affective and relational matters, which is beyond a category that classifies and names the mothers who take care of their child(ren) with little or no participation whatsoever of the father.

Keywords: solo motherhood; psychoanalysis; singularity; parenthood.

Sumário

Introdução.....	7
Metodologia.....	10
Resultados e Discussão.....	13
O acontecimento da gravidez.....	13
A parentalidade na maternidade solo.....	17
A tessitura do desejo, dos vínculos e da parentalidade.....	22
Considerações Finais.....	29
Referências.....	32
Apêndice.....	36

Introdução

Os relatos pessoais de mulheres-mães sobre suas maternidades têm sido um fenômeno contemporâneo que se expande, principalmente, através do uso de *blogs* e ou de depoimentos em recursos virtuais, tais como *Facebook*, *Instagram*, *YouTube* e outros. O tema desta pesquisa, a “maternidade solo”, surge a partir do acesso a uma dessas mídias digitais, em que essa terminologia é utilizada para designar a mulher-mãe que materna seu filho com pouca ou nenhuma participação do pai. Nesses espaços, os depoimentos circulantes suscitaram questionamentos sobre a vivência da maternidade das mulheres na contemporaneidade.

Na revisão da literatura científica realizada nas bases de dados de Teses da CAPES, SciELO e Pepsico, o termo “maternidade solo” aparece em poucas e recentes publicações. Diante disso, foi necessário ampliar a pesquisa a partir de outras palavras-chave de acepção sinônima, tais como: “monoparentalidade feminina”, “mãe solteira”, “mãe sozinha” e “mãe solo”. Essas terminologias também são utilizadas em estudos das áreas do Direito, Assistência Social e Demografia; em que a família monoparental é entendida como uma configuração em que a figura materna ou paterna independe de um cônjuge e possui filhos dependentes. As famílias chefiadas por mulheres representam 87,36% do total de famílias monoparentais, enquanto 12,63% correspondem às famílias monoparentais masculinas (Babiuk, 2015; Bhering & Fontes, 2017). Galvão (2020) empreende, a partir de dados estatísticos, uma leitura sobre ser mulher na maternidade solo com relação à inserção e à ascensão no mercado de trabalho, a tripla jornada de trabalho. Também faz um resgate às leis que outrora eram vigentes e colocavam a mulher subjugada à figura masculina.

A ampliação de nomenclaturas para denominar essa configuração familiar pode ter relação com a transição do termo “mãe solteira” para “mãe solo”, como afirmam Silva, Cassiano e Cordeiro (2019, p. 2): “em referência ao termo mãe-solteira, historicamente utilizado para identificar as mulheres que criam os filhos sozinhas, a expressão mãe solo tem se popularizado na sociedade atual

como uma tentativa de desconstruir a definição pejorativa e relacionada ao estado civil”. Helen Ramos (2016), *Youtuber*¹, também observa que o termo “maternidade solo” surge como um substituto à terminologia “mãe solteira” haja vista o estado civil da mulher não dever estar relacionado ao fato de ela ser mãe ou não.

Nessa perspectiva, adotou-se, nesta pesquisa, a nomenclatura legitimada e divulgada com frequência nas redes sociais, “maternidade solo”. Tal adoção também se vinculou ao propósito de que as vivências das mães participantes pudessem ser discutidas em suas singularidades, à luz da teorização psicanalítica. Desse modo, entende-se que a psicologia e a psicanálise contribuem para as discussões dessa temática e dessa configuração de maternidade.

Dentro das pesquisas em Psicologia, o tema da maternidade solo é mobilizado em alguns estudos sobre a chefia da mulher nos lares atravessados pelas questões socioeconômicas, e também citado como nova forma de parentalidade, isto é, quando se discute sobre as mudanças históricas e relacionais a respeito de tornar-se mãe e pai, como mostra Iaconelli (2020, p. 15): “Nesse ponto, cabe discutir a que se refere a psicanálise quando usa ‘função materna’ ou ‘função paterna’, em tempos em que as responsabilidades sociais sobre o parentesco recaem erroneamente sobre as mães e as mulheres”. Costa e Marra (2013) pesquisaram fatores de risco e de proteção de famílias de baixa renda e chefiadas por mulheres, demonstrando que a jornada de trabalho acrescida de todas as outras responsabilidades que a mulher-mãe precisa assumir é um fator intensificador da vulnerabilidade.

¹ Uma pessoa que se dispõe a criar conteúdo em vídeos sobre quaisquer assuntos para o *Youtube*.

Neste caso, Helen Ramos é uma *Youtuber* que faz vídeos com o tema da maternidade.

A literatura científica indica a expectativa social de que as mães assumam sozinhas a responsabilidade de criar os seus filhos, como aponta Verza, Sattler e Strey (2015), em que é naturalizado um ideal de que as tarefas de cuidado cabem predominantemente à mulher. Gorin, Mello, Machado e Féres-Carneiro (2015) mostram algo importante a ser pensado a respeito de ocupar o papel de mães e pais: “tornar-se pai e mãe vai muito além da função biológica, sendo necessariamente marcado pelo contexto sociocultural, pela história do sujeito na sua família e pela subjetividade de cada um” (p. 4). Assim, não somente as mulheres podem maternar; segundo aponta Chodorow (2002), todo homem, em seu início de vida, foi cuidado e poderá encontrar em si os cuidados recebidos para cuidar de um novo ser. Desse modo, as condições para o maternar, teoricamente, estariam disponíveis tanto para a mulher como para o homem.

No caso da maternidade solo abordada por este estudo, a mulher assume os cuidados com seu filho(a) diante de uma situação de abandono pelo pai da criança. A partir de um olhar apoiado sobre o referencial teórico psicanalítico, discutiram-se ideias tocantes à temática da maternidade e do feminino, atravessados pela intersubjetividade e ressonantes na subjetividade de cada mulher-mãe pesquisada. Partiu-se do entendimento de que havia algo a ser captado nas narrativas dessa mulher-mãe, para além dos aspectos sociais que a atravessavam, os quais, via transferência, marcaram o encontro entre pesquisadora e cada pesquisada, indicando questões únicas e singulares sobre a subjetividade de cada uma delas, como o desejo da gravidez e a parentalidade na maternidade solo. Em tempo, é nessa via transferencial em que trafegam o social e o subjetivo que se encontram alguns cenários sobre a maternidade. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as vivências de maternidade, na situação específica de participação não significativa do pai.

Metodologia

Godoy (1995) observa que a pesquisa qualitativa tem elementos próprios que a caracterizam. Segundo a autora, “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (p. 21); logo, o pesquisador deve ir a campo com o intuito de alcançá-lo através das pessoas que nele estão envolvidas. Nesse espaço, o estudioso coleta o material a ser analisado com o objetivo de aprimorar o entendimento a respeito da dinâmica do fenômeno.

No caso desta pesquisa, a trajetória metodológica se desenvolveu com base no método psicanalítico. A teoria psicanalítica tem como um de seus principais conceitos o inconsciente, como mostra Macedo e Falcão (2005), cuja ideia diz respeito a uma forma de se comunicar que está além do campo do consciente. Ao dar voz ao sujeito, ele transmite mais do que se dispôs de maneira puramente intencional; e é a partir dessas falas que escapam ao próprio sujeito que se faz a escuta.

No estabelecimento da escuta do sujeito do inconsciente, emerge a transferência. Conforme Rosa (2004), “o método é a escuta e interpretação do sujeito do desejo, em que o saber está no sujeito, um saber que ele não sabe que tem e que se produz na relação que será chamada de transferencial” (p. 341). Considerando especificamente a transferência na pesquisa psicanalítica, Costa e Poli (2006) destacam a importância do processo transferencial nas entrevistas:

com o inconsciente implica, pois, a suposição de um saber que “não se sabe” mas que é suposto. As condições de produção de conhecimento sobre este “insabido” são internas ao campo relacional que o constitui. A isso denominamos em psicanálise “transferência”. Não é, pois, um saber prévio que já estava ali, no “entrevistado”, como um dado a ser colhido pelo “entrevistador”. É algo que se situa num espaço transferencial em que o “insabido” se expressa como formações do inconsciente. Logo, ele inclui o pesquisador na própria formação. (p. 17).

Vistas as particularidades da pesquisa qualitativa bem como do método psicanalítico, resalta-se o contexto além clínico deste estudo, o que Laplanche denominou como psicanálise *extra-muros* e que Rosa (2004) aponta como “uma abordagem - por via da ética e das concepções da psicanálise - de problemáticas que envolvem uma prática psicanalítica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, e não estritamente ligado à situação do tratamento psicanalítico” (p. 331). Desse modo, o processo das entrevistas não se caracterizou por uma situação de tratamento analítico, desenvolvido no *setting* clássico. Entretanto, isso não foi um impeditivo à experiência psicanalítica pois, como destaca Birman (1994), desde que os aspectos epistemológicos e éticos da psicanálise sejam mantidos, ou seja, desde que falar livremente, a atenção flutuante e a transferência configurem o espaço analítico, a teoria em questão permite uma grande variedade de possibilidades da clínica, tanto pelas distintas estruturas psíquicas que aparecem para escuta analítica, como pela diversidade de enquadres e *settings* que possibilitam a experiência psicanalítica.

Para compreender o fenômeno da maternidade solo com base no método psicanalítico, construiu-se um estudo exploratório qualitativo a partir de entrevista. O roteiro de questionamentos (apêndice) contou com algumas perguntas disparadoras, a saber, sobre a vivência da relação mãe-filho, vivência de maternidade solo e divisão com o pai da(s) criança(s) nos cuidados; e outras suscitadas pelo andamento das próprias respostas. Ao todo, foram realizadas seis entrevistas com seis mulheres-mães em maternidade solo dispostas a falar sobre suas vivências.

A viabilidade desta pesquisa foi guiada de acordo com os termos éticos da universidade e aprovada pelo Comitê de Ética, CAAE: 17591019.8.0000.5152. Na ocasião do convite e aceite de cada participante, houve a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a elucidação de eventuais dúvidas. A todas as participantes foi explicado que, em qualquer momento, poderiam solicitar não participar mais da pesquisa. As entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição.

No processo da coleta de dados, de treze mulheres-mães contatadas, seis aceitaram participar do estudo. O contato inicial foi por meio do *WhatsApp* e, após a concordância em integrar a pesquisa, cada uma delas escolheu sua própria residência e, uma delas, o *hall* de entrada do prédio, como local para a entrevista. As participantes tinham entre 21 e 53 anos. Os critérios de inclusão das mães solo foram: ser maior de 18 anos, ter alguma atividade laboral e cuidar de seu(s) filho(s) sozinho e/ou com pouca participação do pai da criança.

Ao início de cada entrevista, amparada nas perguntas disparadoras, pediu-se à mulher-mãe que contassem a respeito da história da sua vivência de maternidade. Ao longo da narração, perguntas contextuais eram feitas. Entende-se, assim, que ao lançar uma pergunta à participante acerca de sua maternidade, não havia resposta certa ou errada, de modo que cada uma discorria livremente sobre o que era perguntado. Mesmo quando alguma fala da entrevistada tangenciava a pergunta, o dito era respeitado. Segundo Silva (2013), diante dos aspectos inconscientes do psiquismo, a pesquisa psicanalítica especificamente por meio da entrevista não tem como objetivo averiguar o discurso a fim de encontrar uma exatidão ou faticidade, mas investigar as verdades contextuais, relativas e individualizadas.

Visto isso, as entrevistas e material produzido através das mesmas tiveram como instrumento metodológico para análise dos dados a escuta do inconsciente em suas manifestações, a transferência e a atenção flutuante. Após a realização das entrevistas, além das transcrições das mesmas, foi redigida uma narrativa na qual se incluíram os aspectos transferenciais que reverberaram na pesquisadora entrevistadora. A narrativa permitiu resgatar situações das entrevistas, fazendo reflexão a respeito dos processos inconscientes das mulheres-mães. Ambos os materiais foram analisados e contribuíram para os resultados e para a discussão desta pesquisa.

Para resguardar o sigilo das entrevistadas, no lugar dos nomes reais foram utilizados nomes de bailarinas de dança árabe, comumente conhecida como dança do ventre. Há uma convenção de

que essa dança tenha surgido no Antigo Egito, onde as mulheres se juntavam para dançar com o objetivo de cultuar a fertilidade, fazer reverência às deusas, a fim de comemorar a vida. Também é dito que essas mulheres poderiam estar se preparando para ser mães, já que os movimentos da dança ajudam anatomicamente no fortalecimento de músculos da região pélvica, importantes no processo do parto. Essa arte percorreu a humanidade sofrendo mudanças e atravessamentos de diversas culturas. Fez parte da história de vida de uma das pesquisadoras, desde os seus quinze anos, em grupo de dança com fortes laços afetivos. Essa história de dança entre mulheres para mulheres justifica a escolha por nomes de dançarinas para nomear as mulheres entrevistadas. Assim, para preservar o anonimato, as participantes ficaram identificadas por: Silene, Alla, Johara, Alia, Esmeralda e Joline.

Resultados e Discussão

A partir da fala das mulheres-mães, apresentam-se os aspectos que se destacaram como pontos comuns ou pontos específicos a cada relato pertinentes para discutir sobre a maternidade-solo. Nos recortes das falas, as temáticas desta pesquisa foram apresentadas em três categorias: o acontecimento da gravidez e a parentalidade na maternidade solo e a tessitura do desejo, dos vínculos e da parentalidade.

O acontecimento da gravidez

As mulheres-mães percorreram pontos em comum ao contar sobre suas vivências da maternidade. Em relação à gravidez, elas destacaram a contrariedade em ter um bebê, bem como ficar

grávida fora de um planejamento. Também expressaram o modo como o homem da qual engravidaram se colocou diante dessa gravidez.

*Johara: Quando eu me casei, eu tinha esse medo de ser mãe... Eu comecei a namorar aos 15, me casei aos 20 e sempre tive um medo muito grande de ser mãe, eu tinha pânico da ideia. **Queria, mas tinha medo.** Na época, as pessoas, a minha irmã tinha sido mãe solteira, então **eu tinha esse trauma.***

*Silene: Então, isso **não** era uma coisa que eu queria, era uma coisa que ele queria.*

*Alla: E nunca quis ter filho, porém eu era assim, casada, morava junto com meu namorado e já tinha dois anos. Ele sempre quis ser pai, sempre quis ter filho, ter filho, ter filho e a gente tava num momento que tava muito bem estruturado, ganhando bem e tudo. Aí eu parei de tomar o remédio, ele ficou ‘vamo, vamo, vamo tentar’ e eu fui. Parei de tomar remédio, engravidei, desesperei total, **não queria** e ele ficou muito feliz na época, gostou muito. Passou uma semana e as coisas mudaram. (grifos nossos).*

Capturadas essas falas, conveio pensá-las a partir da temática do desejo, conceito fundamental da psicanálise. Freud (1900/2016), em “Interpretação dos sonhos”, caracteriza-o como um retorno a uma experiência que deixou um traço mnêmico de satisfação no sujeito, ou seja, o desejo se caracteriza como uma tentativa de volta à essa vivência satisfatória. Tratando do desejo e da gravidez, Tachibana, Santos e Duarte (2006) observam:

O desejo, de acordo com a abordagem psicanalítica, corresponde unicamente à esfera inconsciente, enquanto a demanda seria uma vontade pertencente à esfera consciente. É por esta diferenciação que a questão do desejo pela gravidez requer maiores estudos, pois apesar

de os métodos contraceptivos trazerem às mulheres o sentimento de que dominam perfeitamente sua fecundidade, com a vontade de engravidar sendo realizada apenas no dia e na hora que conscientemente escolherem, há a complexidade da motivação inconsciente quanto à gestação, que muitas vezes culmina nas chamadas “gravidezes não planejadas”. (p. 150).

Entende-se, assim, que havia algo a ser pensado sobre esse desencontro entre o tema enfatizado pelas entrevistadas, suas gravidezes, e o estar ou não planejada, já que elas aconteceram. Szerjer e Stewart (1997) também abordam sobre essa correlação entre a vontade ou não de gestar e o desejo, que pertence à esfera inconsciente. Os autores mostram que uma mulher e um homem podem desejar muito um filho e, por algum motivo que se parece obscuro, não engravidarem, bem como o contrário, o caso de a gravidez acontecer fora dos planos. Esse imperativo ilustra uma não sintonia entre discurso manifesto e discurso latente, no qual os dizeres das mulheres-mães foram contrários ao desejo por filhos e, ainda assim, gestaram (Tachibana, Santos, & Duarte, 2006).

Nessa perspectiva, pode-se pensar a respeito da negação e da ambivalência decorrentes do que foi dito pelas entrevistadas. Clemens (2015) discorre sobre esses aspectos ao indicar que “essas duas formas de expressar ideias trazem marcas específicas de modos de funcionamento psíquico em relação a conteúdos reprimidos e forças conflitantes, nos quais não há um reconhecimento dos conteúdos inconscientes verbalizados” (p. 192), pois os conteúdos reprimidos podem surgir na fala por uma via de negação. Freud (1925/2011) afirma:

a negação é uma forma de tomar conhecimento do que foi reprimido, já é mesmo um levantamento da repressão, mas não, certamente, uma aceitação do reprimido. Nisso vimos como a função intelectual se separa do processo afetivo. Com ajuda da negação é anulada apenas uma consequência do processo de repressão, o fato de seu conteúdo ideativo não

chegar à consciência. Daí resulta uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, enquanto se mantém o essencial da repressão. (pp. 250-251).

Desse modo, entende-se que os conteúdos estão sob a dinâmica do inconsciente e seu acesso por via da consciência se dá por derivativos. Laplanche e Pontalis (2001) resumem o conceito de negação em “processo pelo qual o sujeito, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos até então recalcados, continua a defender-se dele negando que lhe pertença” (p. 293). As mulheres entrevistadas manifestaram desejos relacionados ou não à gestação e a ter um bebê, mas cuja consequência, fosse como fosse, corporificou-se em gravidez e em uma criança que deram, de algum modo, a vida.

Com base nessa manifestação, surgiram tópicos possibilitados pelas próprias entrevistadas, tal como os caminhos da parentalidade que elas puderam percorrer a partir dos aspectos (des)conhecidos de suas tramas vinculares e afetivas. A exemplo, na fala de Johara, ela pareceu antecipar um desses aspectos no qual entrelaçou o desejo e a parentalidade. Quando sua irmã mais velha namorava e anunciou que estava grávida, evidenciou à família uma vida sexual ativa e a vinda de um bebê. Diante disso, Johara trouxe aspectos de seu desejo quando disse “*eu tinha esse trauma*”, como se “previsse” que poderia também se tornar mãe solo. De fato, no casamento, ela engravidou e, antes do nascimento de sua filha, seu ex-marido pediu a separação.

No caso dessa entrevistada, se o desejo abriu possibilidades de pensar nos aspectos mais subjetivos, a parentalidade os ampliou e colocou diante dos laços afetivos e familiares que também contribuía ou tensionavam para a gestação, a maternidade e a paternidade não só do casal envolvido com o bebê em questão, mas de todos, mães, pais e bebês que os antecederam. Diante da importância da parentalidade, ela fica tematizada na seção seguinte.

A parentalidade na maternidade solo

“Eu também sinto vontade de sumir.

Por que as mães não somem?

Por que elas permanecem?

Onde estão as mães que abandonam?”

(Bassit, 2019, p. 82)

As transformações sofridas pela família ao longo dos últimos tempos são trazidas à discussão por Amazonas e Braga (2007) e Zorning (2010), ao apontarem a desnuclearização familiar contemporânea quando comparada à estrutura nuclear da família moderna. Desse modo, atualmente, colocam-se em pauta as novas configurações familiares: casais homoafetivos e seus filhos, casais de novas relações afetivas e conjugais que reúnem filhos de mais de um relacionamento, pais e/ou mães que cuidam de seus filhos sozinhos - caso desta pesquisa -, entre outros.

As autoras Amazonas e Braga (2007) apontam que as mudanças históricas, sociais e culturais envolvendo o ingresso da mulher no mercado de trabalho – consequência da popularização do movimento feminista -, fizeram que o poder outrora instituído ao homem sobre as famílias se dissolvesse. Uma família que antes se configurava em função de um patrimônio familiar sofreu mudanças devido ao Iluminismo e ao movimento do romantismo advindo do século XVIII; com isso, o afeto se tornou um princípio para a construção das relações (Zorning, 2000).

Ademais, Borges (2005) relata sobre o avanço das mulheres em seus direitos e o que se demanda a partir de sua saída do ambiente restrito do lar para o mercado de trabalho, incluindo a rejeição da constituição de sua identidade, unicamente, pela maternidade e o matrimônio.

Diante destes avanços, cada vez mais mulheres abdicam ou são levadas a abdicarem do lar, do contato mais frequente com os filhos e até mesmo com a maternidade, em função das

exigências relativas à necessidade de trabalhar e às aspirações e desejos pela realização pessoal através do trabalho. (Borges, 2005, pp. 13-14).

Morais (2001) destaca que o movimento feminista é um dos aspectos que contribuiu para a transformação da família nuclear. A mulher inserida no mercado de trabalho rompe com a sua dependência econômica em relação ao marido. Começaria aqui, segundo o autor, a implosão da família tradicional, que teria, para além da vida da mulher, uma repercussão no surgimento de demandas de direitos em relação a novas formas de constituir família.

Zorning (2010), apoiada nas ideias de Julien (2000) e Roudinesco (2003), fala sobre a separação entre público e privado, onde as composições familiares passam a ter outros propósitos em consonância com o desejo de estar em conjugalidade e da parentalidade:

A importância dos argumentos de Julien (2000) e Roudinesco (2003) reside na indicação de que a relação de consanguinidade ou de aliança não é suficiente para assegurar o exercício da parentalidade e que a modernidade, ao produzir uma ruptura entre conjugalidade e parentalidade, demonstra que a parentalidade deixa de ser o principal objetivo da estrutura familiar, mas ao mesmo tempo coloca uma questão fundamental para a nossa discussão: afinal, o que sustenta o desejo de um homem e de uma mulher no processo de transição à parentalidade? Se a atualidade se define principalmente pela derrocada de referenciais simbólicos estáveis e por uma pluralização das leis e de possibilidades de subjetivação, “tornar-se pai” ou “tornar-se mãe” passa a depender muito mais da história individual de cada um dos pais e de uma lógica do desejo do que de um modelo de família nuclear tradicional, como no passado. (pp. 455-456).

A partir dessas considerações sobre esse novo modelo histórico e social da mulher e da família e do que a autora Zorning (2000) traz como questionamento, indaga-se: essas mudanças na

estrutura familiar e no modelo do feminino representam de fato a emancipação da mulher, considerando que a responsabilidade de todas as tarefas de cuidado da criança, do sustento financeiro, da casa e outros está unicamente depositada e assumida por figuras femininas? O que sustenta a mulher no maternar e no processo de transição à parentalidade? Auxiliam nesses questionamentos as ideias de Iaconelli (2020), quando aponta:

Os cuidados com as crianças alcançaram a situação insustentável atual, na qual são tidos como de inteira e solitária responsabilidade das mães, exemplificado pelas mães chefes de família no Brasil. Em nenhum período histórico anterior, exceto em situações extremas de guerras e calamidades, a maternidade foi imaginada como tarefa individual, ainda que fosse prioritariamente feminina. O adoecimento social decorrente desse fato é notório na clínica psicanalítica. Trata-se de uma sociedade que se obstina desastrosamente a reduzir as responsabilidades dos cuidados das novas gerações às já sobrecarregadas mulheres, de forma catastrófica. (pp. 14-15).

As falas de algumas entrevistadas chamavam a atenção para isso, pois, quando perguntadas sobre quem as auxiliava nos cuidados dos filhos, algumas responderam suas próprias mães, avó paterna ou babás; e uma delas falou sobre a escola como rede de apoio:

Joline: oh, eu tô desempregada, tô fazendo faculdade, então, assim, quem tá ajudando é minha mãe. Ela tem que pagar a van pra minha menina, porque, querendo ou não, escola de bairro mais afastado é pública, o ensino é mais precário sabe?! Então a gente procurou uma escola melhor pública, já que não tem como pagar uma escola particular. Daí minha mãe paga a van pra levar e buscar. E de manhã pra eu ir pra aula, esse semestre paga uma escolinha pra ela ficar. Porque minha mãe também não fica aqui, porque ela é motorista carreteira, então é complicado. E... era mais fácil quando eu tava à noite, aí tava pagando

uma babá só que aí eu não gostei muito, porque era a mãe da minha amiga, e ficava ali, não tinha outra criança.

Silene: não, eu não tenho mais ninguém. Minha mãe que paga as contas, minha mãe paga tudo aqui. Eu não tenho dinheiro pra ajudar, porque a pensão do P. é muito pouca. Meu pai... não fui criada com ele. É ausente desde os meus 3 anos de idade, vejo ele uma vez no mês também. É isso. [...]. Ela me ajuda muito, por exemplo, quando eu quero sair, tomar alguma cerveja, quando eu tô, tipo, esgotada, ela pega e fala: 'pega e vai sair que eu vou olhar o P.'. Ela olha o P. quando eu preciso ir na farmácia. Aí ela conversou comigo que quando eu precisar a voltar a trabalhar, ela disse que olha o P., busca ele no EMEI pra mim. Isso que é chato, sabe? Eu sempre vou precisar de um favor de uma pessoa, não é o pai que deveria, é obrigação dele de fazer isso. Buscar a criança na escola, entendeu? É isso...

Alla: Sim, o único compromisso certo é a escola. Hoje pra mim é, por exemplo: preciso ir ao médico de manhã? Aí eu ligo pra escola e 'pode ficar na parte da manhã porque eu tenho um compromisso?'

O dia-a-dia do “tornar-se mãe” das entrevistadas era perpassado por uma não presença atuante do pai da criança, quem se recusava a assumir esse lugar não sendo presente na rotina de responsabilidades e cuidados ao filho. Nesse ínterim, é possível enxergar a maternidade solo muito além de um fenômeno em que as mulheres estão e ocupam socialmente um papel e ou uma categoria social, mas como um fenômeno entrelaçado pelos aspectos das intras e intersubjetividades nessas parentalidades.

Justamente a partir desses pontos entre o social, o cultural e o inter e intrasubjetivos que essas questões funcionam como muitas vias na construção da subjetividade do ser mãe. Iaconelli (2020) aponta os aspectos da relação entre subjetivo e o social:

Abordar a parentalidade a partir da psicanálise visa colocar em primeiro plano a importância de escutar como a angústia emerge no fenômeno parental em cada sujeito, de um lado, e as respostas que a cultura vem produzindo diante esse fenômeno em nossa época, de outro. Longe de se construir como saber especializado, trata-se de recortar um campo de estudos fértil para se debruçar sobre os desafios encontrados nesse momento da vida que, como pais ou filhos, nos atravessa a todos. A parentalidade engendra um espectro de acontecimentos mapeáveis em diferentes níveis, e isso pode nos servir para limitar os ruídos na escuta das singularidades, mas não para generalizá-los. Cada sujeito, a partir da elaboração de sua história única responderá de forma singular às forças que o campo parental convoca. (p. 16).

A maternidade solo quando se generaliza como um modo de nomear a mãe que cuida sozinha e ou com pouca participação do pai de seu filho corre o risco de mascarar e engessar inclusive as possibilidades da mulher de se engendrar como mãe, bem como de convocar o pai a fazer o mesmo por sua paternidade. Nas falas dessas entrevistadas, havia uma conformidade com a não presença e participação desses pais.

Silene: Meu pai...não fui criada com ele. É ausente desde os meus 3 anos de idade.

Joline: Meu pai saiu de casa e eu meio que revoltei (refere-se ao próprio pai). Aí ele não respondia, nada, aí eu era bem revoltada e ainda sou um pouco, mas hoje em dia talvez eu teria mudado muito isso. E eu falei 'ah eu cuido sozinha, num preciso, né'. E aí foi indo, sem pai, só eu (refere-se ao pai de sua filha se recusar a fazer o teste de DNA).

Johara: Eu criei os dois sozinha, tive uma certa participação, não digo presente nem ausente, mas não atuante na criação do meu menino. Da minha menina foi só até os dez anos.

Esmeralda: Ai a mãe dele hoje viu o que é cuidar de duas crianças, por quê? Porque ela sentiu na pele o que é cuidar de duas crianças, porque é ela que cuida, não é ele que fica com os meninos, é ela, então ela viu o que é cuidar de duas crianças.

Nesta pesquisa, a parentalidade na maternidade solo era verbalizada pelas entrevistadas como um lugar, uma posição, bem como relacionada às tarefas que correspondiam à mãe, quem se via e se sentia convocada a efetivá-las. Se não as fizesse, alguma outra mulher (avó, vizinha cuidadora, professora e escola) as faria em seu lugar. Já em relação à parte do homem-pai, havia um contraste em relação às expectativas delas sobre eles. Para esse homem, o pai do filho(a), era dado por elas, pelas relações e pela cultura; o direito de escolher e de recusar a parentalidade e os cuidados com a criança.

Para aprofundar algumas dessas questões, bem como associar outras a elas, foram utilizadas as falas de Alia, as quais seguem na próxima seção.

A tessitura do desejo, dos vínculos e da parentalidade

As questões sobre a parentalidade apareceram na história de Alia a partir de sua fala, mas também pelo modo como escolheu ser entrevistada e dos aspectos transferenciais que suscitou. Inicialmente, ela se disponibilizou a participar da entrevista preferindo realizá-la numa praça em frente ao prédio onde residia. Minutos antes do encontro, ofereceu seu apartamento e, antes de começar a entrevista, informou que a mesma seria feita no hall de entrada do prédio. Ao longo da entrevista, algumas pessoas saíram do lugar e nele entraram. A pequena quantidade de pessoas que

transitaram por ali não pareceu incomodar Alia para falar sobre sua história como mãe. A pesquisadora, naquele momento, apenas consentiu, embora soubesse de antemão que aquele não era o local mais adequado para a realização da entrevista.

Esse incidente, posteriormente, chamou a atenção da entrevistadora, pois lhe foi oferecido um entre espaços no qual ela se manifestou apenas com concordância, sem nada argumentar ou discordar. No momento em que isso aconteceu, a entrevistadora não se sentiu incomodada e, apenas, pensou “se é onde ela quer e se sente confortável, tudo bem por mim estar aqui”. Esses sentimentos de conformidade foram considerados como transferenciais, indicativos das vivências relacionais que Alia parecia ter com sua mãe, quem assumiu um lugar de mãe da neta, filha de Alia. No decorrer da entrevista, isso emergiu em algumas falas como:

Mas assim, foi nessa parte em questão, de mãe sozinha foi difícil, foi isso, porque acabou que eu deixei minha mãe tomar frente, porque pra mim também era cômodo, né? Eu era muito nova, então foi cômodo. Eu não perdi nada da minha vida, né? Eu não deixei de sair, eu não deixei de estudar, eu podia fazer... tudo eu tinha liberdade pra fazer! Minha mãe sempre tava lá presente e ela era uma pessoa que eu podia confiar pra cuidar dela, né? Então esse apoio eu tive demais. Mas, por outro lado, me atrasou muito em relação a minha ligação com a minha filha, né, que eu não tinha isso. Eu também não me sentia mãe dela.

Dessa maneira, se para a mãe de Alia estava confortável, ela parecia aceitar e ceder, e até mesmo soava como uma troca: “*eu não perdi nada da minha vida, né?*”; ao que a entrevistadora indagou: de que “nada” ela fala?

Nesse local mais público que privado, Alia relatou suas vivências ao engravidar de J. aos 16 anos, do seu colega de escola e seu primeiro namorado. Desde sempre, ela recebeu apoio de sua família diante da situação de ter se descoberto grávida. A gravidez na adolescência é um fenômeno

para o qual múltiplos aspectos podem contribuir, por mais informações sobre a sexualidade e recursos contraceptivos que existam na atualidade. Para a adolescente Alia, podia ter sido um modo de testar o próprio corpo, suas habilidades em seduzir e ser seduzida, desejada, bem como de suas capacidades reprodutivas. Também podia se tratar de uma via para acessar as questões das dinâmicas familiares de várias gerações: a sua, de sua mãe adotiva, de sua mãe biológica e de sua avó biológica, entre outras; bem como no resgate e reconstrução de vivências de sua infância (Dadoorian, 2003; Dias & Okamoto, 2019).

É... eu tive a J. com 16 anos, eu era muito nova, não foi, lógico, uma gravidez planejada, né, com essa idade.

Quando Alia disse “[...] *não foi, lógico, uma gravidez planejada* [...]”, sua fala desafetada deixou na entrevistadora um sentimento de dubiedade. Com o passar da entrevista, isso ficou mais nítido, pois contou de momentos delicados sobre sua história de uma maneira muito natural, às vezes, rindo, parecendo que eram futilidades, imprimindo um tom de fala imatura e de modo pouco afetado. Ou seja, o conteúdo do que falava era triste, dramático e ou duvidoso; mas seu tom de voz, seu ritmo ao falar e suas expressões davam um ar de banalidade.

Esses aspectos possibilitaram fazer algumas ligações em busca de sentidos os quais não eram possíveis a Alia realizar. No entre espaços (*hall*), optou-se pela escolha em adentrar nessa história e no que dela ainda estava no espaço reservado, confiscado, secreto; dessas relações. Quando perguntada se antes de iniciar sua vida sexual conversou com alguém, ela contou que “*conversava com sua mãe*”; inclusive, que chegou a falar sobre a vontade de fazer sexo com esse namorado, porém, a mãe, que segundo Alia era muito religiosa, dizia que isso não podia acontecer, que ela teria que esperar alguém que fosse especial e ter algo sério.

Algumas vezes quis ir à ginecologista para tomar anticoncepcional e pediu a mãe para que marcasse uma consulta, mas isso foi negado com o seguinte questionamento: “*por que você quer*

ir à ginecologista para tomar anticoncepcional? Quer dizer, então que você está transando?”.

Diante disso, Alia contou que não falou mais com a mãe e que tomava pílula do dia seguinte todo final de semana, após ter tido relações com o namorado.

Alia diz que quem desconfiou de sua gravidez foi a própria mãe e com isso marcaram a ginecologista. Ao descobrirem através da médica que, de fato, estava grávida, sua mãe falou: “*eu já sabia*”. Esse modo da mãe de lidar com a sexualidade de Alia, negando a consulta ginecológica para a filha, bem como de alguém que parece saber das coisas com muita certeza, que se mostra onipotente e onipresente, como alguém que age como quem tem o controle sobre as coisas, refletiu no controle sobre a maternidade de Alia.

Aqui caberia resgatar aspectos da história que Alia contou sobre suas famílias: a biológica e a adotiva. De acordo com ela, a família da mãe e do pai adotivos carregava uma história de infertilidade, em que tios e tias também não conseguiam engravidar. Após muitas tentativas fracassadas, os pais dela resolveram adotar uma criança. Os pais adotivos eram vizinhos da mãe biológica da Alia. Após essa mãe biológica descobrir a quarta gravidez, com um marido doente necessitando também de cuidados, ela resolveu que iria *doar* Alia para os vizinhos, que seriam os pais adotivos. Porém, a avó materna biológica não aceitou de imediato o fato de *darem* a criança, e, com isso, Alia viveu com a família biológica até o seu sétimo mês de vida. Como ela era uma bebê *frágil* com várias doenças, a avó percebeu que não conseguiriam cuidar e/ou oferecer à neta o que esta necessitava. Assim, aceitou que Alia fosse adotada.

A mãe biológica era apresentada em sua fala como passiva diante de todos esses fatos e decisões. Esse recorte de sua história evidencia os cuidados oferecidos à Alia pela família biológica, que pareceram também escassos, fragilizados e pouco adequados as suas necessidades; e a falta de recursos para que pudessem manter a filha com eles. A fragilidade da família biológica foi utilizada em benefício próprio pela família adotiva, ou seja, pelo casal infértil que, a partir daí,

passou a ter uma filha. Esses aspectos desaguaram na relação da avó materna adotiva com a filha de Alia. No desenrolar da entrevista, Alia contou sobre como sua mãe se apropriou do lugar de mãe de J.

[...] só que minha mãe, ela... praticamente, como eu era muito nova, ela tomou mais a frente de ser mãe do que eu. Pra falar bem a verdade, tem uns três anos, mais ou menos... uns três anos que eu comecei a tomar frente de ser mãe da minha filha, né? Porque antes eu era como se fosse uma irmã dela. Ela era muito mais apegada com a minha mãe, em todos os sentidos, do que comigo.

Para que a avó adotiva pudesse se colocar em uma relação mais intensa e íntima de afetos e cuidados com a neta, Alia destacou como ela sua mãe adotiva, também recusou os cuidados do pai de J. Desse modo, ao “cuidar” da neta/filha, modificou radicalmente a parentalidade desses pais, os quais se mostraram sem reação diante dessa força e aceitaram essas condições:

[...] a gente separou e ele não tava pagando a pensão, e minha mãe achava assim: ‘não preciso do dinheiro dele pra ele cuidar dela’ e ela também, como era muito protetora, ela achava que por ele não pagar, ele não tinha direito de ver.

Notadamente, a mãe de Alia se apropriou do lugar de mãe de J., não deixando que a filha o ocupasse, bem como também não proporcionou os cuidados à filha quando do início da vida sexual da mesma, deixando-a, assim, desprotegida em muitos aspectos: de cuidados e informações sobre o corpo em desenvolvimento, de doenças sexualmente transmissíveis, de uma gravidez, entre outros. Esses aspectos surgidos sobre a dinâmica dessa relação atravessaram a entrevistadora como uma sensação sufocante. Apesar de Alia contar sobre essas vivências de maneira muito tranquila, o que lhe despertava era a sensação de que a entrevistada estava presa em um tempo que não era seu, no tempo da história de sua mãe, que é quem parecia orquestrar as vivências dessa filha e dela obtinha sua concordância, sem questionamentos.

Diante desse conjunto de fatos, surgiu a indagação: qual lugar Alia ocupava nessa trama familiar? Uma resposta que não esgotava a pergunta, mas podia abrir outras vias, é que Alia parecia ocupar um lugar e um modo de se manifestar no qual, com sua passividade, possibilitava sua mãe adotiva efetivar suas fantasias ativas em ser mãe: através de Alia, essa mulher escolheu quem daria vida e faria nascer um bebê e, desde o início da vida, pode se colocar como mãe dessa criança, caso que não aconteceu quando adotou Alia.

*[...] a minha mãe também adotou a J., não é filha dela, mas ela também adotou, ela sente como se fosse, **ela queria que fosse** (grifo nosso).*

Parecia acontecer uma mistura de papéis e funções, gerando uma confusão: quem nessa história era mãe de quem? A avó assumia um papel materno com sua filha/neta, e Alia ficava de lado não ocupando esse lugar de mãe para sua filha. Havia diferentes afetos e relações que traçavam a vida da Alia e de sua filha, bem como dessa maternidade. Alia carregava uma história de cuidados fragilizados, em que a família biológica não conseguiu assumir os cuidados para com ela. A família adotiva também, em muitos momentos, não ofereceu cuidados à Alia, tais como os cuidados que solicitou à mãe para a contracepção. Nesse sentido, quando Alia foi convocada a assumir os cuidados para com sua filha, ela não conseguiu: *“Hoje, às vezes, ela quer... eu sinto que ela pode querer mais, mas eu não dou conta de oferecer mais do que eu já ofereço, então tipo assim, eu faço no meu tempo, no meu limite”*.

Porém, em algum momento ela parecia ser capturada para assumir esse lugar e dar conta de sua própria história. Alia contou aspectos de seu atendimento no qual a psicóloga que a atendia disse a ela:

[...] ela falou assim: ‘só que tem uma diferença né, no seu caso a sua mãe não podia te devolver, mas você tá junto, você pode pegar o que é seu. A sua mãe não vai querer te devolver (referência a sua filha J.), mas você pode pegar. A sua mãe que te deu pra adoção

não pode vir aqui e te tomar, mas você pode, a filha é sua, tá no seu nome, você convive com ela.’ Então dá tempo, né? E aí, eu achei que fez todo sentido isso.

Logo após essa fala, Alia contou sobre ter voltado a ter contato com sua família biológica. Aos 20 anos, ela conheceu sua irmã biológica que a convidou para ir à casa de seus pais. Alia falou que aceitou o convite, apesar de ter sido um pouco resistente. Disse sobre o quanto gostou de estar na companhia dessa família. Alia contou também que, em um primeiro momento, não levou J. para conhecer seus avós biológicos, mas que depois resolveu levá-la ainda que contra a vontade de sua mãe adotiva:

[...] eu não levava a J. lá. Ia só eu, porque eu ficava receosa de como minha mãe ia se sentir em relação a isso. Porque eu já ter ido pra lá, eu já sabia que ela não gostava muito de eu ter esse contato lá. Tem ciúme, não sei, eu acho que é ciúme mesmo. Mas eu gosto muito de lá, eu gosto muito deles, é um lugar onde eu me sinto muito bem. E aí, quando eu comecei a tomar essas decisões, eu falei: ‘opa, perai, a J. já tá grande, ela tem outra avó, tem primas, né!’ Porque se fosse assim, aqui eu sou sozinha, lá eu tenho um monte de irmãos, sobrinhos, a família é grande e, tipo assim, e a gente é muito próximo, então eu não vou ficar sozinha.

Simbolicamente, a conexão que ela estabeleceu com a família biológica pareceu auxiliá-la a deixar o *hall*, o lugar entre, de passagem; - utilizando a plasticidade da cena colocada pela entrevistada na entrevista -, e encontrar um novo lugar e modo de se afetar e se relacionar consigo, com sua filha e com essas famílias. Alia pareceu, assim, tecer agora sua própria narrativa. Ao se aproximar de sua história, ela se reconheceu como também pertencente a sua família biológica.

O “entre espaços”, o entre famílias, começou a ganhar sentidos que só foram possíveis após o aceite daquele lugar para realizar a entrevista, bem como no acolhimento das sensações e afetos

despertados na entrevistadora e discutidos pelas pesquisadoras na análise desse material. Esse “entre espaços” pareceu contar desses lugares, em que ela ocupava nas famílias biológica e adotiva. Ao longo da entrevista, a sua história e até falas vindas como se fossem de outra mulher, como a da psicóloga, diziam sobre seus movimentos psíquicos para se apropriar da sua maternidade e da relação com sua filha. Alia se mostrava em movimento, não parecia parar aí. Quem sabe novos e outros caminhos viriam para contribuir para a construção de si e de ser mãe?

Considerações Finais

A partir das entrevistas, foi possível pensar na singularidade das vivências da maternidade de cada mulher-mãe, de aspectos das dinâmicas familiares, e no desejo dos sujeitos tramados também pelo contexto social. Percebeu-se o desencontro entre as falas manifestas e os conteúdos do desejo de cada entrevistada diante da gravidez e da maternidade.

Cada trama familiar também gerou reflexões sobre a parentalidade e as responsabilidades de cuidar de uma criança, em que o cuidado ainda muito se atrelava à figura feminina. As entrevistadas e as mulheres em seu entorno ocupavam o lugar de cuidadoras e os pais não o assumiam, bem como não eram convocados a preencher esse lugar.

A participação de Alia convocou a aprofundar nas questões relacionais e afetivas de várias famílias ligadas através de diferentes gerações. Com base em uma gestação (a de sua mãe biológica), nos cuidados de bebê (Alia e J.) e do maternar (de várias mães e avós), constataram-se que os papéis e tarefas sociais e culturais nem sempre se coadunavam com os aspectos subjetivos e psíquicos de cada uma das mulheres envolvidas nessa trama.

Diante do que foi trazido até aqui, pode-se pensar em aspectos importantes da maternidade solo, que ultrapassa o entendimento de somente uma posição que as mulheres entrevistadas ocupa-

vam socialmente e/ou em uma categoria de nomeação e classificação. Nas narrativas das entrevistadas, apareceram questões referentes à angústia perante a situação de se sentirem sobrecarregadas e abandonadas em suas funções e tarefas de maternar, bem como o que desejavam na e além da maternidade. Nesse ponto, cabe uma pergunta: a mãe solo é solo de quê? O desamparo, a solidão, inúmeras faltas e carências eram presentes na narrativa de muitas delas. A nomenclatura maternidade solo, mãe solo, é uma nomenclatura que busca tamponar essas faltas? O desamparo e a falta são constitucionais de todo sujeito psíquico. O que amplia essas faltas em relação à maternidade e essas mulheres?

A chamada maternidade solo necessita ser pensada e atendida em suas especificidades nos serviços de cuidados relacionados à maternidade. Para tal, é fundamental que o profissional da saúde tenha algum conhecimento em atendimento psicológico para que possa ser sensível e não rotular e nem categorizar essas mulheres, mas oferecer um acolhimento pertinente às suas singularidades.

Nesta pesquisa, houve limitações na busca por referências na literatura científica psicanalítica de textos que tratassem dessa configuração de maternidade. Provavelmente, por razão de se tratar de um termo que começou a ser popularizado recentemente e de um tema mais comentado informalmente, entre mulheres através de mídias sociais, onde se sentem livres e acolhidas para falarem livremente sobre suas experiências diante da maternidade. Isso por si só já evidencia um fenômeno que não pode ser ignorado e, sim, acolhido e pesquisado.

O que foi um limite desta pesquisa também pode ser visto como uma contribuição dela. Através deste estudo, as mulheres narraram suas vivências contribuindo para que se pudesse pensar, discutir e conhecer aspectos desse fenômeno relacionado à maternidade e que abre novas questões a serem pesquisadas, tais como: a permanência dos cuidados do maternar quase que, exclusivamente, ainda das mulheres; a maternidade efetivada no resgate das outras maternidades, de várias

gerações, até à mulher que materna no momento. A cada nova maternidade se abrem possibilidades de resgates de aspectos afetivos e relacionais não superados até então nas mulheres da família. O desejo e suas manifestações não cabem em categorias sociais e rotuladoras, mas são instrumento importante do funcionamento psíquico e para a escuta dessas mulheres, pois se presentificam nas relações.

Referências

- Amazonas, M. C. L. de A., & Braga, M. da G. R. (2007). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(2), 177-191. doi: 10.1590/S1516-14982006000200002
- Babiuk, G. A. (2015, 27-29 outubro). *Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social* [Apresentação em Seminário]. I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Recuperado em 11 de novembro de 2020, de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180860>.
- Bassit, L. (2019). *Mãe ou eu também não gozei*. São Paulo, SP: Editora Patuá.
- Bhering, L. S., & Fontes, M. B. (2017, 16-18 outubro). *Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir dos dados da PNAD 2015* [Apresentação em Seminário]. I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Recuperado em 11 de novembro de 2020, de <http://www.ppped.ufv.br/seminariofamiliapoliticassociais/wp-content/uploads/Fam%C3%ADlias-monoparentais-um-enfoque-demogr%C3%A1fico-a-partir-dos-dados-da-PNAD-2015.pdf>.
- Birman, J. (1994). *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Borges, M. L. S. F. (2005). *Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório UFU. Recuperado em 11 de novembro de 2020, de <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17265/1/MBorgesDISSPRT.pdf>.
- Chodorow, N. (2002). *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.
- Clemens, J. (2015). *A (mal) dita maternidade: a maternidade e o feminino entre os ideais sociais e o silenciado* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório

UFSC. Recuperado em 11 de novembro de 2020, de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135263>.

Costa, A. & Poli, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 19(188), 14-21. Recuperado em 11 de novembro de 2020, de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-473321>.

Costa, F. Á. de O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153. Recuperado em 11 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&tlng=pt.

Dadoorian, D. (2003). Gravidez na adolescência: um novo olhar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 84-91. doi: 10.1590/S1414-98932003000100012

Dias, A. C., & Okamoto, C. Y. (2019). Uma leitura psicanalítica da gravidez na adolescência. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 190-208. doi: 10.5433/2236-6407.2019v10n1p190

Freud, S. (2011). *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1925).

Freud, S. (2016). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1900).

Galvão, L. B. (2020). Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*, 1(1), 1-23. Recuperado em 11 de novembro de 2020, de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. doi: 10.1590/S0034-75901995000200008

- Gorin, M. C., Mello, R., Machado, R. N., & Féres-Carneiro, T. (2015). O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 3-15. Recuperado em 14 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Hel (2016) *Mães solo – O que comem onde vivem | Hel Mother* [Vídeo]. *Youtube*. Recuperado em <https://www.youtube.com/watch?v=IeCFUYGPt8s&t=6s>
- Iaconelli, V. (2020). Sobre as origens: muito além da mãe. In T. Garrafa, V. Iaconelli, & D. Teperman (Orgs.), *Parentalidade e Psicanálise* (pp. 11-20). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Laplanche, J., Pontalis, J. B. (1996). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Macedo, M. M. K., & Falcão, C. N. de B. (2005). A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. *Psychê*, 9(15), 65-76. Recuperado em 14 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Morais, M. L. (2001). A estrutura contemporânea da família. In M. C. Comparato, & D. Monteiro (Orgs.), *A criança na contemporaneidade e a psicanálise* (pp. 17-24). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348. Recuperado em 14 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Silva, C. G., Cassiano, K. K., & Cordeiro, D. F. (2019, 22-24 maio). *Mãe solo, feminismo e Instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados* [Apresentação em Congresso]. XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, Goiânia, Goiás, Brasil. Recuperado em 11 de novembro de 2020, de <https://portalintercom.org.br/anais/centro-oeste2019/resumos/R66-0561-1.pdf>.

Silva, D. Q. (2013). A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico.

Estudos de Psicanálise, (39), 37-45. Recuperado em 14 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100004&lng=pt&tlng=pt.

Szejer, M., Stewart, R. (1997). *Nove meses na vida da mulher*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Tachibana, M., Santos, L. P., & Duarte, C. A. M. (2006). O conflito entre o consciente e o inconsciente na gravidez não planejada. *Psychê*, 10(19), 149-167. Recuperado em 14 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000300010&lng=pt&tlng=pt.

Verza, Fabiana, Sattler, Marli Kath, & Strey, Marlene Neves. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias*, 19(1), 46-60. Recuperado em 17 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100005&lng=pt&tlng=pt

Zornig, S. M. A.-J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453-470. Recuperado em 07 de outubro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&tlng=pt.

Apêndice

Perguntas Disparadoras

1. Conte sobre sua vivência de maternidade:
2. Como é para você realizar os cuidados com seu(s) filhos?
3. Há divisão das tarefas sobre os cuidados do filho com o pai?
4. Se há divisão, quais tarefas são da mãe e quais são do pai?